

ATA DA 095ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Junior - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA - Aborda os nomes indicados pelo governador para a direção da Defensoria Pública; analisa questões relacionadas à saúde.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Comenta as audiências públicas realizadas no interior da Ilha para debater os problemas de saneamento básico.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Comunica a realização do 34º Encontro Catarinense de Hospitais e anuncia a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Catarinense.

Partidos Políticos

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Dá conhecimento do manifesto subscrito por servidores públicos do

estado reivindicando a retirada do PL n. 0044/2011.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Comenta a realização de reunião para analisar o desempenho eleitoral do PMDB nas próximas eleições.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Ressalta a humildade e o respeito que os peemedebistas têm com os partidos e candidatos adversários.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Defende a unificação das eleições de quatro em quatro anos.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (aparte) - Lembra o alto custo financeiro da realização de eleições de dois em dois anos.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Promete discutir o assunto na Unale e organizar um movimento pela unificação das eleições.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Lamenta a intenção de grupos de grevistas de invadir a Esplanada dos Ministérios no dia 7 de setembro.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Informa a alta *performance* da presidente Dilma Rousseff nas pesquisas em SC.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Atribuiu a onda de greve no funcionalismo ao fato de não haver sido regulamentado o direito de greve no serviço público.

Ordem do Dia

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Pedes esclarecimentos acerca do PLC n. 0005/2012.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Esclarece as dúvidas quanto ao PLC n. 0005/2012.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Pede esclarecimentos sobre o PL n. 0294/2012.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar o sr. deputado Neodi Saretta, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses, acabamos de constituir a comissão que vai fazer a análise dos nomes indicados pelo governador Raimundo Colombo para a Defensoria Pública, notadamente o ex-deputado Ivan Ranzolin, que foi indicado como defensor-geral público. A nossa expectativa é de que mais do que a análise dos nomes possamos ter uma Defensoria Pública que funcione em Santa Catarina. Esse é o grande desejo, isso é o que se espera.

Tivemos discussões importantes sobre a Defensoria Pública em Santa Catarina, foram apresentadas divergências importantes ao projeto que veio a esta Casa Legislativa. Questões que, certamente, estarão em debate nos próximos meses, como o aspecto da constitucionalidade da matéria aprovada.

Agora, independentemente dessa discussão e do posicionamento que tenhamos, a expectativa é que tenhamos uma Defensoria Pública que, efetivamente, atenda à comunidade catarinense, especialmente, deputado presidente, àquelas pessoas que dela precisam. Esta é minha grande preocupação, deputado Sandro Silva: se as pessoas mais necessitadas vão ter acesso à Justiça através da Defensoria Pública.

Então, um apelo que fazemos é que essa Defensoria Pública funcione efetivamente e que

aquelas pessoas indicadas - e são nomes de notório conhecimento - tenham em mente, se confirmada sua indicação, a importância de que a Defensoria Pública funcione a contento.

Fazemos parte da comissão que vai analisar os nomes. Há pouco o deputado Joares Ponticelli foi escolhido, por nós e pelos demais membros, presidente da comissão especial, tendo o deputado Antônio Aguiar na relatoria, que certamente apresentará um parecer que será levado à comissão.

Mas a questão sobre a qual gostaria de tecer comentários desta tribuna no dia de hoje, sr. presidente, é a saúde.

Estivemos participando de um evento nacional que teve como tema os sistemas de saúde em redes comunitárias, onde operadores da saúde e representantes do ministério da Saúde, secretarias de estado de Saúde, secretarias municipais, entidades comunitárias, membros do Executivo, membros do Legislativo debateram questões importantes para o Brasil, principalmente em relação à prevenção.

E um debate importante foi a respeito dos medicamentos, que é uma questão que está colocada hoje não apenas no Brasil, mas em outros países, ou seja, como diminuir os custos, como baixar os preços dos medicamentos, pois sabemos que, às vezes, para desenvolver um medicamento são necessários muitos anos de estudos, de pesquisas, de testes e de recursos. Nós defendemos que os governos de maneira em geral devam investir na área da pesquisa de desenvolvimento e produção de remédios.

Nós achamos que assim como é importante a prevenção, também é importante a questão curativa para aqueles que já estão doentes, ou seja, temos que trabalhar a prevenção, mas também a parte curativa. Agora, é importante que o país pense também em ações de pesquisa para o desenvolvimento de novos medicamentos, principalmente medicamentos de baixo custo, afim de que possam ser adquiridos pelo SUS e colocados à disposição da comunidade carente.

Então, repito, é preciso investir na produção de medicamentos, na pesquisa, para não ficar na mão de alguns laboratórios internacionais, que fazem boas pesquisas, nós sabemos, que desenvolvem bons medicamentos, mas que cobram um preço muito alto, inclusive quando tem que ser bancado pelo Sistema Único de Saúde.

Agora, é claro que quando falamos em recursos, temos que ter presente que no Brasil ainda se investe pouco em saúde. Falo isso de maneira geral: municípios, estados e união. É preciso aumentar os recursos para a saúde. Nós, inclusive, vemos estados e municípios que quase nem aplicam o mínimo constitucional.

Quando falamos em país grande, em estado grande, em cidade grande, temos que pensar grande, mas grande em qualidade. Um município com dois mil ou três mil habitantes pode ser o maior município do estado em qualidade. Este é o sentido do crescimento que queremos, com o país investindo mais recursos na área da saúde, que é importante, fundamental e que tem ser prioridade de todos os governos.

Os jornais de hoje, deputada Angela Albino, mostram que a população das três maiores cidades de Santa Catarina coloca a saúde como a maior preocupação das comunidades. E isso não acontece apenas com os maiores municípios, mas também com os pequenos, todos querem mais investimentos na saúde, mais ações e melhor atendimento.

Acredito que voltarei a esse tema em outras ocasiões, mas deixo consignado mais uma vez o desejo de ver o setor público investindo mais em saúde, tanto na área da prevenção como na área curativa, como também em pesquisas para o desenvolvimento de medicamentos com preços mais acessíveis.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros colegas deputados, sra. deputada

Angela Albino, pessoas que nos acompanham nesta quarta-feira pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Queremos refletir sobre um trabalho que tivemos a oportunidade de realizar através do nosso mandato, mas evidentemente não de forma isolada e sim a partir da comissão de Saúde, da comissão do Meio Ambiente e da comissão da Pesca e Aquicultura, que é o debate acerca da política de saneamento básico em Florianópolis.

Eu integro apenas a comissão de Saúde, mas em virtude de residir na Grande Florianópolis e em também pelo fato de não ser candidato nesta eleição, o movimento veio chamar-me para fazer esse debate e coordenar as audiências públicas realizadas ainda no mês de julho, nas dependências deste Poder, provocadas por lideranças comunitárias de Florianópolis através da comissão de Pesca e Aquicultura, que contou com a presença de representantes da Casan, da prefeitura municipal e outras representações sociais.

Foram realizadas duas audiências públicas: uma no dia 7 de agosto, na comunidade de Santo Antônio de Lisboa, e outra no dia de ontem, 4 de setembro, na comunidade de Rio Tavares, no sul da ilha.

Vale lembrar que, como deputados, aprovamos nesta Casa alguns projetos de origem governamental que autorizavam o Poder Executivo a contratar financiamentos para o saneamento público. Autorizamos, inclusive, a Casan a buscar financiamentos junto a órgãos federais, a instituições financeiras públicas e a organismos internacionais, como a agência japonesa Jica.

Evidentemente que a aprovação desses projetos tem sido, via de regra, consensual, diante da avaliação óbvia de que precisamos investir mais em saneamento básico, pois nosso estado está atrás de vários outros da federação, que são muito menos fortes do ponto de vista econômico e social.

No entanto, uma das reflexões que tenho feito a partir da participação nesse debate é que a nossa tarefa não consiste apenas em aprovar os projetos que vêm do Poder Executivo, que a nossa atribuição como parlamentar é também acompanhar e fiscalizar a utilização, a forma como estão sendo

aplicados esses recursos pelas instituições responsáveis pela área.

Em Santa Catarina, a empresa pública estadual responsável pelo setor é a Casan, Companhia de Água e Saneamento, que faz convênios com as prefeituras, que têm o poder concedente para que a empresa trabalhe essas questões. Na verdade, poucas pessoas, poucos dirigentes, poucas personalidades, poucas lideranças sociais, poucas lideranças comunitárias e raríssimas lideranças sindicais historicamente têm-se preocupado com saneamento básico. Entendemos que é uma responsabilidade do prefeito, do estado ou da Casan e se o esgoto não estiver entrando para dentro da nossa casa, se o esgoto não estiver invadindo a nossa casa, não nos preocupamos. Se eventualmente arrebentar um cano na nossa rua e começar a feder, daí é que ligamos para a Casan. Essa é, portanto, a forma como a sociedade se comporta com relação a isso, o que está errado.

Em virtude da forma como vem sendo utilizada e tratada a política de saneamento básico em Florianópolis, na Grande Florianópolis e, por que não dizer, no estado de Santa Catarina, as consequências ambientais, sociais e econômicas têm aumentado, as consequências têm-se agravado.

Na capital catarinense, Florianópolis, que se orgulha das suas 42 praias e de receber turistas de todas as partes do mundo, temos visto que no verão diminui a balneabilidade das praias. O conjunto das praias do norte de Florianópolis esteve apto para banho, no último verão, durante apenas seis dias. Hoje, todas as praias estão próprias para banho. Mas ouvimos que apenas foram seis dias no último verão inteiro!

Tem crescido também na região a atividade econômica da maricultura e a poluição da água, que se torna imprópria para banho. Há de se entender que é imprópria também para a criação de moluscos, de mariscos e de outros produtos do mar, porque as pessoas vão-se alimentar desses produtos.

Então, essas questões associadas, o comprometimento da maricultura e a diminuição da balneabilidade nos períodos de verão, têm

provocado, por razões até econômicas, um levante comunitário em algumas regiões do estado.

No norte da ilha a reclamação principal é o fato de que a Casan está decidindo centralizar todas as redes de coleta de esgoto para a estação de tratamento localizada em Canasvieiras. A gritaria legítima da comunidade é que aquela estação de tratamento já não está dando conta dos dejetos de Canasvieiras e que direcionar o esgoto de Ingleses também para aquele bairro vai agravar, evidentemente, a situação. Se for jogado mais esgoto, o tratamento será mais deficiente nos rios daquela localidade, na bacia do rio Ratonés.

No sul da ilha o elemento mais criticado na noite de ontem foi a questão do emissário submarino, porque essa é outra realidade, outra forma, outra situação da gestão pública em Santa Catarina e possivelmente na maior parte do país com relação ao saneamento básico. A cada dois, três anos muda a política, muda a lógica, muda o governo, muda o horizonte, muda o engenheiro responsável, muda o direcionamento do câmbio a esse respeito. E agora, nos últimos meses, começaram a dizer - ouvi isso pela imprensa e fiquei um tanto quanto preocupado - que ia ser resolvido o problema do esgoto em Florianópolis com um emissário submarino. Ou seja, pegam um cano bem grande, metem o esgoto todo dentro dele e largam a uns 2km, 3km para dentro do mar.

O norte da ilha não quer uma concentração de esgoto de Canasvieiras antes de ser resolvido o problema das estações de tratamento existentes, para que elas comecem a dar resultado prático e efetivo de melhoramento.

No sul da ilha, além da posição contrária à concentração de todo o tratamento de esgoto, desde a Lagoa da Conceição até o Campeche, o pronunciamento é que é um absurdo pensar que será resolvido o problema do esgoto de Florianópolis com emissário submarino, porque se estará comprometendo a maricultura e a saúde do oceano em toda a região e não somente na capital.

É um debate que vai continuar, evidentemente, mas é necessário falarmos muito mais a esse

respeito, inclusive discutindo com as cidades vizinhas uma política de saneamento básico para toda a região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, deputado Gelson Merisio, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos assiste pela TVAL.

Quero, inicialmente, registrar a presença nesta Casa do vereador Orli Carlos Paul, de Chapadão do Lageado, e também do prefeito em exercício, Abel da Silva, que estão em Florianópolis tratando de assuntos de interesse daquele município e que passam pela Assembleia para uma troca de informações.

Srs. deputados e imprensa em geral, ocupamos a tribuna na tarde de hoje para comunicar a todos que o 34º Encontro Catarinense de Hospitais vai acontecer na próxima semana, do dia 12 até o dia 14 de setembro, no Centrosul, em Florianópolis.

Nessa edição os profissionais do setor irão debater as oportunidades, os desafios da gestão em tempos de grandes mudanças. Paralelamente ao evento, também acontecerá a tradicional feira de produtos e serviços, com expositores de vários estados brasileiros.

O encontro, que é de responsabilidade da Associação e da Federação dos Hospitais de Santa Catarina, da Federação das Santas Casas e da Federação Brasileira de Administradores Hospitalares, é considerado um dos mais tradicionais do Brasil. As palestras serão focadas em gestão, recursos humanos, enfermagem, farmácia e direito. Ainda durante o evento acontecerá a entrega do 2º Prêmio Santé de Excelência na Gestão em Serviços de Saúde. Serão premiados os hospitais que melhor aplicaram as diretrizes do Programa de Melhoria Contínua e Assistência em Serviços de Saúde em Santa Catarina, ou seja, essas instituições, os hospitais, que são instrumentos

de saúde pública no nosso estado que passam por um momento delicado.

Srs. deputados, é grande a importância desse encontro no Centrosul, na próxima semana, que proporcionará uma troca de experiências entre as unidades desses que são hoje os hospitais filantrópicos e públicos. Aqui em Santa Catarina temos mais de 180 hospitais, sem contar as clínicas e outras instituições que lidam com a saúde pública no dia a dia. Então, esse encontro, realmente é muito importante para a saúde dos catarinenses.

Ouvimos atentamente o pronunciamento do deputado Neodi Saretta sobre a importância e a necessidade de investimento numa área que está ligada diretamente à qualidade de vida dos catarinenses, principalmente daqueles de menor poder aquisitivo. Por isso, queremos cumprimentar o deputado Neodi Saretta.

Srs. presidente, na manhã de hoje estivemos reunidos com o presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, ocasião em que lhe entregamos uma proposição que pede a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Catarinense. Essa frente está sendo criada por solicitação da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Santa Catarina, cujo presidente é o sr. Tércio Egon Paulo Karsten; da Federação das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas de Santa Catarina, cujo presidente é o sr. Hilário Dalmann, e da Associação dos Hospitais de Santa Catarina, cujo presidente é o sr. Dário Clair, tendo como diretor executivo o sr. Braz Vieira.

Todos esses, através do assessor especial das Associações de Hospitais de Santa Catarina e também diretor do Hospital São José, de Criciúma, Altamiro Bittencourt, estiveram nos procurando com mais lideranças em função da falta de recursos em Santa Catarina para criar uma frente a ser articulada também com a Frente Nacional em Defesa da Saúde, a fim de criar uma força política, juntamente com instituições do setor, para que possamos lutar por mais recursos para a saúde.

Já falamos neste plenário, há dias, sobre a importância da revisão da remuneração do *per capita* para o sul do país. O valor do teto financeiro do SUS para Santa Catarina continua defasado, inferior ao do Paraná e do Rio Grande do Sul. Como disse anteriormente, um catarinense não pode valer menos que um gaúcho em relação ao recebimento de recursos para a saúde. E hoje isso vem acontecendo, ou seja, os catarinenses estão recebendo na faixa de R\$ 131,00 a R\$ 135,00 *per capita*, enquanto um gaúcho recebe de R\$ 190,00 a R\$ 195,00 por pessoa. Isso significa cerca de R\$ 15 milhões por mês a menos para a secretaria de Saúde do nosso estado.

Por isso precisamos, sem dúvida nenhuma, corrigir essa deficiência e essa será uma das bandeiras dessa frente que estamos propondo nesta Casa, assim como a revisão dos valores da tabela do SUS para sanar o déficit hospitalar. Os nossos hospitais têm um déficit financeiro causado pelo atendimento do SUS e precisa dessa frente para ajudar nesse encaminhamento.

Da mesma forma, também como bandeira dessa frente vai estar o planejamento das ações para a gestão de crises, planos de contingência para situações de emergência, como a questão do H1N1, das enchentes, dos vendavais, de possíveis pandemias, para as quais não estamos preparados e que acabam criando crises temporariamente no nosso estado. Precisamos preparar os nossos hospitais para essas questões.

A defesa do repasse efetivo e integral de 10% das receitas correntes da união para a saúde pública brasileira não pode parar na votação da Emenda n. 29, tem que avançar. Vamos agora, através dessa frente, reaquecer a questão das assinaturas, fazer um abaixo-assinado para criar uma emenda popular e aí, sim, colocar no Orçamento da união pelo menos 10% da sua receita, como fazem os municípios, que aplicam 15%, e como fazem os estados, que aplicam 12% do seu Orçamento na saúde.

Então, o governo federal precisa fazer a sua parte. O SUS é perfeito, mas sem financiamento não

há como fazer justiça social neste país quanto à saúde!

Vamos também lutar para conseguir a ampliação do número de leitos de UTI, que hoje está abaixo da necessidade, causando muito transtorno, constrangimento e até óbitos em Santa Catarina. Queremos ampliar também a rede de especializações dos hospitais de referência, possibilitando a prestação de serviços de maior qualidade. Estamos pleiteando ainda a criação de um sistema de referência e contrarreferência, estimulando a vocação dos hospitais de menor porte e ampliando a rede de atendimento à população.

Queremos buscar um melhor tratamento fiscal através de isenções para os pequenos hospitais e também para os grandes. São concedidos muito benefícios no estado e no país para a indústria automobilística, para o sistema financeiro nacional, mas hoje, se um hospital filantrópico precisar comprar um tomógrafo, pagará 17% de ICMS.

Por isso, essa frente terá o objetivo de buscar recursos para o sistema hospitalar de Santa Catarina, para os nossos municípios, mas também um melhor tratamento fiscal para os hospitais filantrópicos e associações comunitárias do nosso estado.

Dessa forma, enviaremos, dentro dos próximos dias, correspondência aos gabinetes dos deputados convidando-os a integrarem essa frente que visa defender os interesses dos catarinenses na questão da saúde pública.

Por isso, fica aqui o convite a todos os srs. parlamentares para integrarmos essa frente e contribuir com o trabalho dos nossos gabinetes com toda essa organização que já existe por parte dos hospitais comunitários e filantrópicos em Santa Catarina na busca da melhoria no atendimento à saúde dos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos pertencem ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sras. deputadas e srs. deputados, gostaria de usar a tribuna na tarde de hoje para falar um pouco do trabalhador e da trabalhadora que tantas vezes são vilipendiados em tantos lugares, mas que na verdade são as pessoas que realizam as políticas públicas. Digo isso como servidora pública que sou, que reconhece nos servidores públicos a mão longa do Poder Executivo. São os servidores públicos do Executivo, Judiciário e Legislativo que realizam as proposições dos dirigentes desses órgãos, são os servidores públicos que realizam as políticas públicas.

Lembro - e ainda há pouco conversava com uma servidora da Casa - do quanto esta Casa foi mencionada na questão das aposentadorias, por exemplo. Mas nada se disse sobre os dirigentes deste Poder que assim permitiram. Ninguém se aposenta porque manda um ofício e depois vai para casa. A pessoa se aposenta porque passou por um procedimento administrativo e foi aposentada nesse procedimento administrativo.

Portanto, demonizar os servidores que foram aposentados sem responsabilizar nenhum dirigente desta Casa é querer brincar com a opinião pública, é querer dizer que resolvemos o problema. Na verdade, precisamos que o remédio atinja a parte óbvia, mas também a parte que fica, que são os gestores que permitiram que isso acontecesse.

Trato desse assunto porque recebi no meu gabinete uma comissão de servidores e de servidoras das 12 secretarias centrais do governo, que vêm de uma longa batalha discutindo nesta Casa a questão das gratificações. A cada momento um novo sobressalto vem tirando o sossego desses servidores e dessas servidoras, e quero partilhar com v.exas. a carta que me foi remetida, e que é dessa comissão das 12 secretarias centrais do governo.

(Passa a ler.)

"[...]"

A Comissão das 12 Secretarias Centrais de Governo (Secretarias, Fundações e Conselhos) reivindica à Deputada apoio para a retirada do PL 44.8/2011 porque é inconstitucional, retirando direitos adquiridos dos servidores públicos do Poder Executivo.

O PL em seus artigos fere os princípios de isonomia, igualdade e paridade salarial. Em outros Poderes os mesmos direitos não são atingidos, sendo flagrante a discriminação dos servidores do Poder Executivo.

Pergunta-se por que a economia se dá somente no Poder Executivo? Já não basta a desigualdade salarial entre os Poderes? Esses outros Poderes já garantiram todas essas vantagens agregadas sob a forma de Lei aprovada em 2010.

Governos precisam tratar todos os servidores públicos de forma isonômica e igualitária, segundo o disposto na Constituição Federal e Estadual.

Sabe-se que a subvalorização do servidor público capacitado compromete a qualidade dos serviços e interfere na qualidade da gestão do Governo e na economia do Estado.

A disparidade salarial é gritante, haja vista que a Gratificação de Produtividade das 12 Secretarias Centrais de Governo desde 2006 ainda é de 60%, não totalizando os 100% concedidos à Secretaria da Fazenda, a Secretaria da Administração, à Procuradoria-Geral do Estado e ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de SC.

Ressaltando que em uma Secretaria 03 gratificações já foram concedidas integralmente, a Comissão das 12 Secretarias Centrais de Governo pleiteia o direito de ter a integralização." Ou seja, a concessão de 100% da primeira gratificação de produtividade conquistada.

"Para isto contamos com o empenho direto da Deputada junto ao Governador para o envio de projeto de lei concedendo a integralização de Gratificação de Produtividade e a retirada do PL 44.8.

Atenciosamente,
Comissão das 12 Secretarias

FESPORTE, SOL, FCEE, SED, FCC, CEE, CED, SST, SDS, SECOM, SPG, GABS Vice-Governança, Sec. Agricultura, Casa Civil e AGESC.”[sic]

Sou porta-voz desse documento que vai ser remetido a todos os parlamentares, indistintamente, pedindo que esta Casa apoie a causa desses trabalhadores.

No pouco tempo em que estivemos nesta Casa já percebemos como são díspares as formulações em relação aos diferentes servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Os servidores do Judiciário, por exemplo, há muito tempo reivindicam um plano de cargos e salários e até hoje não foi remetido a esta Casa por parte da direção do Tribunal de Justiça.

Gostaria de aproveitar este momento para fazer uma reflexão da forma como os poderes tratam seus servidores e da forma como esquecem que não há juízes, não há deputados e não há governadores se não houver servidores que realizem suas políticas, que realizem o contato direto com a população. Defender o servidor público é defender, em última instância, o estado.

Portanto, a nossa solidariedade e o compromisso de que esta Casa trate do tema.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Inicialmente, sr. presidente, gostaria de cumprimentar v.exa., os srs. deputados e as sras. deputadas.

O que me traz a esta tribuna é discorrer sobre a participação do nosso PMDB nos pleitos em Santa Catarina, notadamente nos municípios catarinenses.

Na última segunda-feira, a bancada do PMDB desta Casa promoveu uma grande reunião, que contou com convidados ilustres: os senadores Luiz Henrique da Silveira e Casildo Maldaner e todos os deputados federais. Tivemos a presença maciça da

bancada federal, com exceção do deputado Valdir Colatto, que tinha um compromisso em Brasília.

A referida reunião aconteceu na casa do vice-governador e presidente do nosso partido e nela pudemos avaliar como está o nosso partido nos municípios com relação à eleição municipal de 2012.

É do conhecimento da sociedade catarinense que o PMDB é, indiscutivelmente, o maior do estado de Santa Catarina e do Brasil. E Santa Catarina não está deixando a desejar na sua participação, pois apresentou candidatos a prefeito na maioria dos 295 municípios de Santa Catarina. Hoje o PMDB está presente, como cabeça de chapa ou compondo uma coligação, em 283 municípios. Praticamente 90% dos municípios de Santa Catarina têm o PMDB como o grande participante dessas eleições.

Sendo assim, em nome da bancada do PMDB, coube-me a missão de repassar para Santa Catarina, através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, a grandiosidade do PMDB com relação ao pleito de outubro próximo.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Concedo um aparte ao nosso decano, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa. e dizer que se tenho seis mandatos nesta Casa, em toda a bancada do PMDB foi a maior. ficamos felizes e realizados em saber que somos hoje o maior partido de Santa Catarina e do Brasil. Temos 213 candidatos a prefeito, temos mais de 100 candidatos a vice-prefeito e em 95% dos municípios somos cabeça de chapa. Só um grande partido pode fazer isso.

Por isso fizemos esse encontro, que v.exa. está relatando, com a bancada federal, com os senadores, com os deputados estaduais e com o vice-governador. Uma reunião que mais parecia um comício, pois temos uma liderança muito expressiva, muito forte.

Agora, mesmo sendo a maior bancada, somos humildes, sempre soubemos respeitar os colegas, os amigos. Acho que é assim que deve ser um partido,

que prioriza a palavra, o respeito aos companheiros e aos demais partidos, mesmo sendo Oposição.

Gostaria de cumprimentar v.exa., dizer que estamos trabalhando muito em toda a região. Hoje é difícil porque cada região tem uma coligação! Então, não se pode fazer um discurso só porque cada momento é um momento. Só sei que posso dizer que nós, do extremo sul de Santa Catarina, temos ótimos candidatos, temos grandes chances de fazer muitos prefeitos para contribuir com o desenvolvimento do estado, para contribuir com o desenvolvimento dos municípios.

Por isso, cumprimento v.exa. como líder da nossa bancada, porque já fui líder várias vezes e sei que não é uma missão fácil, mas tenho muito orgulho de que em todos os mandatos tive só um partido: o MDB, depois PMDB.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço a manifestação de v.exa. e com certeza a sua ação vai fortalecer o nosso partido, levando o PMDB à vitória na grande maioria dos municípios de Santa Catarina.

Quero fazer uma referência também ao nosso eminente colega deputado Elizeu Mattos, que está disputando a eleição no município de Lages, defendendo a bandeira do PMDB.

Todos os nossos pares desejam ao eminente deputado Elizeu Mattos muita sorte para que vença o pleito em Lages, para que o PMDB volte a impor naquele importante município da região serrana a sua forma de governar, forma essa que a comunidade lageana já experimentou.

Quero ainda saudar todos os companheiros, pois a grandiosidade do PMDB se deve ao nosso grande patrimônio, que são os nossos militantes nos 295 municípios catarinenses. Saúdo efusivamente os companheiros que se dispuseram a colocar seus nomes à disposição do partido, seja para um mandato majoritário ou proporcional.

Obviamente que cada um de nós que tem o papel de liderar a sua região, juntamente com as lideranças expressivas do partido, nossos senadores, deputados federais, ex-governadores,

vice-governador e demais companheiros dirigentes do partido, temos que fazer uma grande cruzada até o dia 7 de outubro, a fim de que o PMDB efetivamente seja o grande vencedor dessas eleições.

As pessoas que têm a sua condição econômica resolvida não dependem de políticas públicas, não dependem da prefeitura, não dependem da Câmara de Vereadores, mas a grande massa depende de políticas públicas que efetivamente mitiguem as suas aflições.

Hoje o nosso partido tem prefeitos em 113 municípios. Acreditamos que vamos conseguir manter ou até aumentar esse número, até porque a bancada federal, a bancada estadual e todos os nossos líderes que disputaram o último pleito estão engajados para ajudar os nossos candidatos nos 295 municípios catarinenses.

Evidentemente que coube à bancada estadual do PMDB, sob a nossa liderança, fazer todo um trabalho de envolvimento das lideranças fosse, a fim de que efetivamente participem da campanha com depoimentos, gravações, tanto no rádio, quanto na televisão, manifestando seu apoio às candidaturas do PMDB. Até porque o pleito de 2012, com certeza, é um prenúncio do que acontecerá em Santa Catarina em 2014.

Assim, gostaria de cumprimentar de público todos os deputados estaduais do partido pelo trabalho incansável que têm feito; cumprimentar ainda cada suplente, cada líder municipal. E que através da nossa mobilização os militantes, que são, repito, o nosso maior patrimônio, subam morros, desçam morros, batam de porta em porta a fim de levar as propostas dos nossos candidatos a todos os eleitores de Santa Catarina.

Não tenho nenhuma dúvida de que o PMDB será o partido que fará o maior número de prefeitos em Santa Catarina. Tenho clareza de que somente conseguimos fazer o bem para as pessoas através de políticas públicas. E para que possamos transformar essas políticas em desenvolvimento, em atendimento, tem que haver um mandatário, um governante, que é eleito através do voto popular.

É exatamente esse voto que estamos pedindo para a sociedade catarinense, para que ela vote nos candidatos do PMDB, para que participe desse momento máximo da democracia que é uma eleição direta.

O PMDB de Santa Catarina não tem dúvida nenhuma do apoio que a bancada tem dado ao governador Raimundo Colombo e ao vice-governador Eduardo Moreira, a fim de que se construa uma Santa Catarina ainda melhor. Esse apoio é quase incondicional no sentido de ajudar o governador, o vice e todos os secretários de estado a trabalharem pelo estado.

O poder é instituído exatamente para isto: fazer o bem para as pessoas. E o PMDB não se furta desse papel, não se omite da missão de ser governo em Santa Catarina. Por isso é que todos os nossos colegas, sempre que foram solicitados, não se furtaram de apoiar o governo seja nas comissões técnicas, seja no plenário.

Encerro minhas colocações dizendo que no dia 7 de outubro mais uma vez a sociedade catarinense dará uma demonstração a todo o Brasil do seu alto espírito democrático. E o PMDB continuará fazendo o bem por este estado através dos novos prefeitos e vereadores eleitos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael do Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o debate nesta manhã e ontem à tarde trouxe algumas considerações sobre o processo eleitoral de todo o estado de Santa Catarina.

Quero também, deputado Maurício Eskudlark, advogar a proposta que acredito ser unanimidade da população brasileira, que é a unificação das datas eleitorais para que não tenhamos a cada dois anos novo processo eleitoral.

Estive dando uma olhada nas contas da Justiça Eleitoral e chamaram-me a atenção alguns números que quero compartilhar com os srs. deputados, com os telespectadores da TVAL e com os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Em 2012 deixarão de ser recolhidos aos cofres públicos por causa da propaganda partidária R\$ 606 milhões, deputado Kennedy Nunes! Ressalte-se, por exemplo, que o programa Minha Casa, Minha Vida investiu, no ano passado, R\$ 300 milhões, donde se conclui que os recursos gastos no pleito de 2012 dariam para fazer dois programas Minha Casa, Minha Vida.

Fala-se em propaganda eleitoral gratuita, deputado Mauro de Nadal. Isso não é verdade porque o governo deixa de arrecadar em função de uma renúncia fiscal em prol das emissoras de rádio e TV. Além disso, convém lembrar que a Justiça Eleitoral prevê que o custo das eleições de 2012 será de R\$ 646.382.000,00, sendo que esse valor poderá ainda ser maior conforme sejam abertas outras rubricas orçamentárias.

Então, se somarmos a renúncia fiscal com o investimento logístico que a Justiça Eleitoral fará nas eleições de 2012, teremos um custo de R\$ 1 bilhão! É uma soma extremamente vultosa e o Brasil não se pode permitir esse luxo.

Portanto, só a questão financeira já justificaria a unificação das eleições. Acredito que está madura essa discussão, mas precisamos avançar nesse sentido.

Há outro dado importante a ser colocado, sr. presidente e srs. deputados. Segundo a Justiça Eleitoral, cerca de 900 prefeitos no Brasil que teriam o direito de buscar a reeleição desistiram, abriram mão, por conta, certamente, das dificuldades de uma campanha e de um novo mandato como prefeito. Aí surge uma nova questão no debate eleitoral: será que a reeleição é positiva nos mandatos do Poder Executivo?

Em nossa peregrinação pelo estado de Santa Catarina, ouvindo os candidatos e os eleitores, percebemos que a indagação subjacente é o que se espera dos candidatos e o que motiva o eleitor a

ir às urnas no próximo dia 7 de outubro e escolher um determinado candidato.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Na verdade, quero parabenizá-lo pela iniciativa de trazer esse tema importante para discussão neste Parlamento, ao tempo em que comungo da sua posição quando fala na unificação dos pleitos, porque não se trata apenas da renúncia fiscal, mas da estagnação que ocorre no país durante pelo menos oito meses.

Vejo que esse tema deve ser retomado na primeira reunião nesta Casa após as eleições, para que possamos, junto à Unale, cujo presidente é membro deste Parlamento, começar um movimento nacional visando criar um novo calendário eleitoral, aumentando os mandatos para cinco anos.

Obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Como eu dizia, de fato o eleitor se questiona sobre o motivo que o leva às urnas para digitar determinado número e apostar a sua confiança em determinado candidato. É claro que a folha de serviços prestados à comunidade pesará muito na escolha do eleitor, porque nos próximos 30 dias já não se poderá inventar mais nada.

O deputado Joares Ponticelli levantou ontem esse debate e disse que na presidência da Unale terá a árdua missão de levar essa proposta para as Assembleias Legislativas de todo o país, a fim de que esse anseio ecoe no Congresso Nacional.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado, desde já quero convidar v.exa. porque acertamos que na primeira reunião após as eleições desencadearemos um movimento nacional nas 27 Assembleias Legislativas do país para tratar desse assunto.

V.Exa. e os demais colegas receberão a informação do dia, local e hora da reunião, e espero contar com a presença de todos porque,

deputado Ismael dos Santos, no calor do processo político ou mesmo depois uma amnésia coletiva toma conta do Congresso Nacional e de todos nós.

A deputada Ana Paula Lima jura de pés juntos que vai para o segundo turno, está trabalhando para isso. Os demais candidatos também. Mas o processo eleitoral somente se encerrará no dia 28 de outubro e depois disso, na primeira reunião da entidade, esse será, deputado Ismael dos Santos, o primeiro item da pauta.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Deputado Joares Ponticelli, eu levantava a questão do custo das campanhas e, em especial, do investimento do país, mais de R\$ 1 bilhão. O deputado Mauro de Nadal levantou a questão dos convênios, que acabam parando em todos os municípios.

Eu, por último, quero tecer algumas considerações acerca dos predicados que devem ter os candidatos às Câmaras Municipais.

Eu, que tive a oportunidade de, durante 12 anos, ser vereador na cidade de Blumenau, sei que o eleitor analisa não somente a folha de serviços do candidato, mas sua capacidade de buscar respostas às diferentes e cada vez mais intensas demandas dos eleitores.

Por último, quero desejar que os candidatos traduzam, nesses 30 dias, aquilo que chamo de símbolo da esperança para um Brasil diferente, mais justo, mais fraterno, mais transparente, com mais igualdade social. Afinal de contas, as decisões políticas acabam repercutindo no dia a dia da população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, na verdade eu estava aguardando o pronunciamento do líder da nossa bancada, deputado Dado Chereim que, salvo melhor

juízo, está participando de sua última sessão, pois entra de licença por dois meses. Eu estava aguardando ansiosamente o seu pronunciamento, mas, de qualquer maneira, agradeço a deferência por poder utilizar o espaço em nome do partido.

Quero apenas fazer alguns comentários em relação ao dia 7 de setembro que se aproxima e quero ler uma coisa que me chamou a atenção e que vale a pena registrar.

(Passa a ler.)

"Além de invadir a Esplanada dos Ministérios na hora do desfile de comemoração da Independência do Brasil, há grupos organizando eventos parecidos em mais de 60 cidades.

Há um ano, no dia 7 de setembro, eles reuniram 25 mil pessoas em Brasília para um ato contra a corrupção. Agora querem repetir o feito. Os movimentos que surgiram nas redes sociais marcaram uma nova manifestação para sexta-feira. Além de invadir a Esplanada dos Ministérios na hora do desfile de comemoração da Independência do Brasil, há grupos organizando eventos parecidos em pelo menos outras 60 cidades do país." [sic]

Isso me remete há alguns anos quando tínhamos Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República. O governo enfrentava alguns baderneiros profissionais deste país, gente que gostava muito e que gosta até hoje de baderna. Lembro-me muito bem que assistimos constrangidos à invasão da fazenda do presidente e vimos um pessoal deitado na cama do casal e outros bebendo as bebidas da casa. Lembro-me também da invasão de um ministério, não lembro qual, onde colocaram um peru em cima da mesa do ministro, numa verdadeira afronta às instituições organizadas do país, ao governo. Uma verdadeira afronta, uma baderna, baderneiros na verdade. Gente que tem no DNA esse estilo, essa forma de agir e que não sabe ser diferente.

Muito bem! Mudou o governo, assumiu o companheiro Lula e essa turma se acalmou e passou um bom tempo calmo. Só que no DNA dessa gente está a baderna, o protesto, gratuito ou não, a radicalização. Mas como o companheiro estava no

governo, ficava um pouco constrangedor fazer esse tipo de coisa.

Com a saída do companheiro Lula, veio a tia Dilma. Confesso que tenho muitas restrições em relação a essa senhora, mas também tenho, por outro lado, muita admiração pelas suas intenções e pelo que pretende para o Brasil, pela visão que tem do nosso país.

Mas a verdade é que a tia Dilma, nossa presidente, de repente está começando a enfrentar uma situação que o então presidente Fernando Henrique enfrentou. Ou seja, os companheiros não aguentam muito sem agitação, chega um momento em que começa a dar uma comichão e eles têm que protestar de alguma maneira contra alguma coisa. E acharam o momento para protestar porque a nossa presidente está tentando colocar o país nos trilhos e está ferindo interesses. E estamos vendo agora, até com preocupação, a volta desse tipo de protesto que para mim é anarquia, é desrespeito às instituições. É gente radical, insana, que não está preocupada com o país, mas em protestar. Precisam protestar, porque faz parte. Tem que protestar, contra alguma coisa tem que protestar.

E agora resolveram fazer o quê? Aproveitar o Sete de Setembro, a comemoração da Independência, para invadir a Esplanada dos Ministérios.

Sinceramente, isso entristece qualquer brasileiro, qualquer patriota que quer ver esse país melhor. Estamos vendo uma mulher preocupada em melhorar este país e essa turma não está querendo deixá-la trabalhar de forma alguma.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Minha saudação a todos os srs. deputados e uma saudação especial ao deputado Dado Chereim, que por questões pessoais entrará em licença desta Casa. Trata-se de um grande companheiro que foi um grande secretário da

Saúde e que, diga-se de passagem, deixou saudades naquela pasta.

Analisando as pesquisas que estão acontecendo no estado, vemos que a maior parte das queixas se refere à saúde. E observamos que o povo confunde muito a saúde de responsabilidade do estado com a saúde de responsabilidade do município, a exemplo do que está acontecendo em Joinville.

Sr. presidente, após a defesa veemente do deputado Nilson Gonçalves da nossa presidente da República, fica o convite para que se filie ao PT, porque a nossa Dilminha está fazendo uma grande gestão. E isso, é claro, reflete em seu índice de aprovação. No estado de Santa Catarina, há municípios aonde o índice de aprovação da presidente chega a ser 20% maior do que o do governador.

Isso mostra nitidamente o que temos que fazer por este país. É lógico que num momento de disputa política afloram as reivindicações das categorias. E é por isso que estamos vendo ainda algumas greves, mas a verdade é que mais de 90% dos servidores já negociaram com o governo suas reposições salariais em condições plausíveis para o estado e para a categoria.

Isto mostra claramente que o nosso governo tem que tratar o estado com muita ponderação, com muita responsabilidade. E uma mostra clara disso é a consolidação do Brasil num momento de crise internacional, deputado Nilson Gonçalves. E um dado importante é o seguinte: o Brasil foi a única economia dos Brics - Brasil, Rússia, Índia China e África do Sul - a avançar no ranking da competitividade.

Uma pesquisa mundial mostra que em termos de desenvolvimento econômico o Brasil tem avançado na sua capacidade tecnológica, na sua capacidade competitiva, gerando desenvolvimento econômico, gerando empregos e, principalmente, gerando renda. Fechamos o primeiro semestre deste ano com mais de um milhão de empregos de carteira assinada, deputado Ismael dos Santos, enquanto na Europa e nos Estados Unidos aumentam os índices de desemprego.

O governo tem desonerado o custo das empresas à medida que implementa a política de retirada de impostos de determinados segmentos, tais como a linha branca e o setor automotivo que, por mais questionamentos que se tenha, é um setor que gera mais de um milhão de empregos.

Então, estamos muito tranquilos de que mesmo neste momento de crise o Brasil se consolida não apenas como um país sólido e confiável, mas como um país que tem a sua frente uma presidente que é considerada uma das três mulheres mais importantes do mundo, segundo pesquisa internacional publicada pela revista *Forbes*.

Isso demonstra que o caminho adotado é um caminho que não tem volta, é um caminho que o meu partido, o Partido dos Trabalhadores, sempre defendeu e que agora põe em prática apoiado por um arco de aliança, que tem o PMDB na Vice-Presidência.

Deputada Ana Paula Lima e deputado Kennedy Nunes, em nível estadual estamos vendo pesquisas nitidamente fraudulentas e que apesar de registradas no TRE usam metodologias que não há como entender claramente. Mas elas visam justamente influenciar o eleitorado.

E um exemplo disso está ocorrendo em Joinville, município no qual a presidente Dilma Rousseff tem um dos maiores índices de aprovação em Santa Catarina, onde a principal queixa do eleitorado é o atendimento hospitalar. Acontece que essa área da saúde é responsabilidade do estado e não da prefeitura.

Além disso, quando se observa o crescimento do candidato a prefeito pelo PMDB, um crescimento que até pode existir, estranha-se muito, porque os números de um possível segundo turno não têm a menor lógica matemática. Não têm!

Então, se verifica que esse é mais um momento preocupante, porque sabemos que vai começar a sair pesquisa comprada em tudo que é lugar em determinado segmento e o poder econômico trabalhando para influenciar isso.

No mais, deputada Ana Paula Lima e deputado Nilson Gonçalves, temos que continuar acreditando

neste país, confiando no otimismo que o nosso presidente Lula sempre apregoou e que a nossa presidente Dilma continua apregoando. Este país deixou de ser o país do futuro para ser o país do presente, deixou de ser o país das promessas para ser o país das realidades, este país deixou de ser o país em que os estudantes não tinham perspectiva de emprego, para ser um país de geração de empregos. Somos uma nação jovem, uma nação de 512 anos, somos uma nação que se solidifica e começa a delinear caminhos na economia internacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Jailson Lima.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão reservados para o PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, sras. deputadas, srs. deputados, fiquei ouvindo atentamente os pronunciamentos dos deputados Nilson Gonçalves e Jailson Lima a respeito dos movimentos grevistas e do desempenho da economia brasileira.

Em primeiro lugar, deputado Nilson Gonçalves, v.exa. fez um relato com muita propriedade e quero colocar minha opinião sobre o tema, remontando à origem de tudo.

Quando o Brasil, em 1988, através do Congresso Nacional, elaborou a nova Constituição Federal, ela representou um grande avanço, apesar de conter alguns temas que, em meu entendimento, estão equivocados. Um exemplo é a previsão máxima de juros, no patamar de 12% ao ano, o que, teoricamente, é muito bonito, mas na prática não existe, pois quem regula o percentual de juros é o próprio mercado.

Além disso, estabeleceu-se o direito de greve, o que é democrático e também existe em outros países. Mas, ao mesmo tempo em que se colocou na Constituição a previsão do direito de greve,

também se estabeleceu que esse direito deveria ser regulamentado por lei complementar. No entanto, isso já faz mais de 20 anos e não vi nenhuma celeridade nessa proposta. Houve algumas propostas, algumas manifestações que não evoluíram e enquanto isso não acontecer, teremos que conviver com o que está acontecendo hoje no Brasil.

Ouvi, poucos dias atrás, manifestações de líderes tanto do movimento grevista quanto do governo que a greve é um direito, que outros países também têm, e isso é verdade, mas não se diz que nos Estados Unidos e na Europa o direito de greve é regulamentado por lei. Quer dizer, permite-se fazer a greve, mas ela tem, em algumas atividades dias determinados para acontecer e uma comissão para negociar; além disso, os serviços públicos essenciais não param como acontece no Brasil. Ora, não podemos mais conviver com dois ou três meses de paralisação de serviços essenciais, porque isso causa enormes prejuízos à nação brasileira.

Volto a dizer, o que a Constituição diz sobre o direito de greve é que é legal, é permitida, mas não há uma regulamentação. Portanto, temos um problema na origem, que é a falta de regulamentação desse direito através de lei complementar. Ninguém está proibido de fazer greve, mas há que ter critérios definidos de como se pode fazer uma greve no serviço público. No setor privado isso foi regulamentado de imediato, mas no setor público até hoje não temos essa regulamentação.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso passou por isso, a presidente Dilma está passando por isso também. Enquanto não houver essa regulamentação vai continuar havendo, sim, esse prejuízo à nação brasileira e quem paga é a própria população que paga impostos. O que precisamos é de uma ação mais célere por parte do governo federal e do Congresso Nacional para regulamentar o direito de greve no serviço público no Brasil. Por conta disso, arcamos com consequências na economia, haja vista o que

aconteceu nos portos de Santa Catarina, na Auditoria Fiscal e em outros setores.

Não estou dizendo que os funcionários públicos não têm direito à greve ou que não possam fazê-la, o que estou dizendo é que falta regulamentação para de fato acontecerem as negociações com mais rapidez, principalmente por parte do governo, dentro de um período determinado e que a partir daquele momento retorne-se ao trabalho. Senão vamos continuar convivendo com essa situação que não é nada saudável para a nossa democracia e para uma economia que vem avançando, em que pese precisarmos avançar ainda mais, principalmente na desburocratização, na redução da carga tributária e em investimentos na infraestrutura. Mas penso que foi dado o primeiro passo através das propostas de concessões.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Srs. deputados e sras. deputadas, esta Presidência suspende a presente sessão até as 16h, quando daremos início à Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Como estamos no calendário especial, tão logo acabarmos a votação das matérias da pauta, suspenderemos a sessão pelo tempo necessário, que não deverá exceder 30 minutos, imagino, para que possamos votar depois os demais projetos que ainda estão com sua tramitação em curso.

Votação da redação final da Proposta de Emenda Constitucional n. 0002/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final da Proposta de Emenda Constitucional n. 0010/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei n.s: 0153/2012, 0243/2012, 0271/2012, 0273/2012, 0274/2012 e 0275/2012.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0119/2012, de procedência governamental, que institui o Suplemento Cultural de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0087/2012, de autoria do deputado Gelson Merisio, que declara o município de Chapecó como Cidade Berço dos Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina - Parajasc.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0090/2012, de autoria do deputado Altair Guidi, que dispõe sobre a exibição, pelos estabelecimentos de educação básica do estado, da autorização de funcionamento expedida pelo Conselho Estadual de Educação.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0105/2012, de autoria do deputado Serafim Venzon, que cria a Ação de Valorização do Artesanato no Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0108/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta, que dispõe sobre a criação do Programa para Formação Profissional da Pessoa com Deficiência Intelectual e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0207/2012, de autoria do deputado Gelson Merisio, que denomina Professora Carmem Antonia Balbinot Pelizza a Escola de Ensino Médio Integral da rede estadual de ensino, no município de Chapecó.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n. 0005/2012, que altera dispositivos da Lei Complementar n. 223, de 2002, cria cargos e modifica a estrutura dos órgãos e serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero ter um esclarecimento sobre esse projeto. Eu acho que houve um acordo e uma mudança na comissão

de Finanças e gostaria que alguém me esclarecesse isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O acordo foi feito pela deputada Luciane Carminatti e pelo deputado Marcos Vieira com o procurador-geral de Justiça, dr. Lio. Há o encaminhamento de que careceria de ajuste agora. O Ministério Público vai encaminhar, tão logo o projeto seja sancionado, a correção desse artigo que não implica no todo, mas que permite a votação hoje.

Esse é o encaminhamento e o deputado Marcos Vieira pode dar mais detalhes.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sr. deputado Dirceu Dresch e srs. deputados, realmente o projeto de lei tem uma inconsistência que não o torna inconstitucional, mas passível de uma correção por intermédio de outro projeto de lei que o próprio Ministério Público haverá de encaminhar a esta Casa, conforme acordo feito com o dr. Lio, que é o procurador-geral de Justiça.

A própria deputada Luciane Carminatti conversou ao telefone com o procurador, eu também fiz questão de conversar, e ele assumiu o compromisso de, após a sanção do PLC, vir pessoalmente a esta Casa entregar o projeto de lei fazendo a devida correção da inconsistência.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu pedi vistas do projeto juntamente com o deputado Volnei Morastoni e entendo que o projeto tem uma questão muito complexa, que é o próprio diretor do Ministério Público estipular gratificações internas sem passar por esta Casa. Pessoalmente tenho uma posição contrária. Se isso foi corrigido, posso votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 34 srs. deputados.

Temos 34 votos "sim".

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0021/2012, de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que altera o parágrafo único do art. 11-A da Lei Complementar n. 495, de 2010, que institui as regiões metropolitanas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	abstenção
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 32 srs. deputados, com os votos favoráveis dos deputados Antônio Aguiar e Reno Caramori.

Foram 31 votos "sim" e uma abstenção.

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0024/2012, de origem governamental, que altera a Lei Complementar n. 575, de 2012, que cria a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, dispõe sobre sua organização e funcionamento e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Quem votar "sim" aprova o projeto e quem votar "não" rejeita-o.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	

DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Votaram 32 srs. deputados.

Temos 32 votos "sim".

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0233/2012, de origem governamental, que altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei n. 15.722, de 2011.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira o discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0291/2012, de origem governamental, que dispõe sobre a utilização de recursos a que se refere o art. 2º da Lei n. 13.334, de 2005, no exercício de 2012.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0294/2012, que acresce os arts. 16-A e 16-B à Lei n. 13.992, de 2007, que institui o Programa Pró-Emprego e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, quero apenas um esclarecimento. Esse projeto é aquele que vai auxiliar a instalação da BMW e a indústria de aviões em Lages?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Exatamente, deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - O meu voto é "sim", sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria, com o voto contrário do deputado Sargento Amauri Soares.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h12.

Está encerrada a sessão.